
ÁLVARO DOMINGUES
TERESA MARQUES

Assistentes da Faculdade de Letras do Porto

PRODUÇÃO INDUSTRIAL, REPRODUÇÃO SOCIAL E TERRITÓRIO

— MATERIAIS PARA UMA TENTATIVA DE ABORDAGEM DO MÉDIO AVE

125

A análise do padrão sócio-económico da industrialização difusa no Vale do Ave constitui o centro deste artigo. Tendo tomado em conta as suas raízes históricas, dá-se particular atenção ao actual processo de subcontracção entre empresas têxteis e de confecções e, nomeadamente, às formas de segmentação do mercado de trabalho a que dá

origem, na base de uma rede densa de articulações. Aos agregados domésticos reconhece-se um papel importante na regulação da força de trabalho e, por isso, procura-se também chegar a uma imagem da estrutura de certas famílias através da análise de um ficheiro de procura de habitação.

GUIMARÃES e o Vale do Médio Ave (Santo Tirso, Guimarães, Vila Nova de Famalicão) têm sido frequentemente apontados como áreas em que a pluriactividade na pequena agricultura familiar é um dos mecanismos essenciais que contribui para o embaratecimento e «docilidade» da força de trabalho, ao mesmo tempo que reproduz a pequena exploração familiar, apesar do acentuado contexto industrial dessas áreas. Indústria e agricultura familiar seriam assim duas faces de uma mesma moeda — a fragilidade do quantitativo salarial auferido numa justifica e é justificado pela insuficiência do rendimento que a outra proporciona. Territorialmente, uma tal estrutura produtiva materializa-se num modelo difuso de localização de indústria — habitação — exploração agrícola — serviços/comércio, cuja funcionalidade é garantida por uma rede capilar de suportes viários nem sempre nitidamente hierarquizada e por uma configuração densa e complicada de fluxos de mobilidade de pessoas (e mercadorias), normalmente realizados a pé ou em transportes públicos (Domingues, 1985; Portas e Sá, 1986; Sá, 1986).

Na realidade, as coisas só parcialmente assim são; quando analisadas mais atentamente, as formações sócio-territoriais locais apresentam fortes contrastes que corres-

pondem a diferentes modelos historicamente (re)produzidos. Espacialmente, sucedem-se:

a) Áreas urbano-industriais onde a agricultura está ausente e que correspondem a aglomerados urbanos históricos (Guimarães-cidade) e outros que têm vindo a crescer rapidamente desde a industrialização do século XIX (Pevidém, sobretudo, mas também Vizela, Caldas das Taipas), correspondendo a redefinições sucessivas de acessibilidades diferenciais segundo a evolução e hierarquização da rede viária. Contrariamente à ideia de que é a população agrícola que constitui a principal reserva de força de trabalho, são sobretudo as mulheres jovens, solteiras ou casadas com poucos filhos menores (ou com estes mas com a possibilidade de apoios de familiares co-residentes ou não) que respondem a essa situação. A (re)produção da estrutura espacial deste tipo de áreas está fortemente condicionada pelo tipo de relações criadas pela dominância esmagadora da habitação alugada ⁽¹⁾ de rendas baixas. A oportunidade precoce de rendimento salarial na indústria que potencialmente provocaria processos de nuclearização não é suficiente para atingir patamares de rendimento bastantes para permitir o acesso à nova habitação. Agravada com a degradação da habitação no centro histórico, agudiza-se aqui o desajustamento de uma oferta de habitação completamente inacessível a camadas populacionais insolventes recrutadas quase exclusivamente no proletariado industrial; políticas centrais de crédito à habitação ou iniciativas municipais de alojamento social configuram-se inacessíveis ou insuficientes para resolver situações claramente ilustradas nos «Ficheiros de Procura de Habitação» de que à frente falaremos.

b) Áreas agrícolas fortemente industrializadas. Estas áreas, correspondentes ao modelo convencional da industrialização rural difusa (Pires, 1983), estendem-se, no concelho de Guimarães, ao sector SW definido pelos eixos Guimarães/Vizela e Guimarães/Vila Nova de Famalicão. Um suporte industrial denso e difuso quase esgota as formas assalariadas de organização do trabalho, articulando-se com uma estrutura agrícola diferenciada, pontuada pelo peso da muito pequena exploração (Magalhães, 1984) mas onde coexistem grandes explorações empresariais que sazonalmente oferecem possibilidades descontínuas de trabalho assalariado. A localização de alguns serviços (escolas primárias, postos de saúde) e unidades familiares dedicadas ao comércio retalhista acom-

⁽¹⁾ Segundo o Censo de 1981, a habitação própria representa 28.9% em Oliveira do Castelo; 27.3% em S. Paio de Guimarães; 25.5% em S. Sebastião (freguesia do centro urbano); 25% em Costa; 31.9% em Urgezes; 26.4% em Creixomil; 23.2% em Fermentões e 26.7% em Azurém (perímetro urbano).

panham este padrão difuso que se vai estruturando progressivamente apesar da aparente imagem anárquica que deixa transparecer (ver em Sá, 1986:58 o exemplo da freguesia de Moreira de Cónegos-Guimarães).

Os custos da reprodução social, insuficientemente cobertos pelos salários directos e indirectos, e pelo auto-abastecimento ou pela fraca intervenção estatal, são assim amortecidos pelo rendimento que a terra proporciona, pela compensação das despesas internalizadas pela família (co-residente ou não), pelo (re)aproveitamento contínuo do espaço habitacional (adaptando-o às necessidades do agregado) ou pela eventual participação de rendimentos de familiares emigrados e/ou pensionistas (Reis, 1985).

Ideologicamente, persiste um modelo complexo de relações sociais onde os contornos da sociedade capitalista convencional se esbatem consideravelmente:

«esta estrutura social do Vale do Ave (incluindo numerosos pequenos proprietários agrícolas, trabalhadores por conta própria e supervisores da indústria) não se diluíram em duas e apenas duas classes em confronto, de acordo com o critério da desigualdade social e económica, dando assim consistência à concepção corporatista das relações de classe, baseadas em pequenas diferenças económicas e na colaboração recíproca, mais do que no conflito» (Ingerson, 1984:38).

Entre uma certa preservação de uma ética camponesa, a dominação durante um longo período de um Estado Corporativista (idem, 1984:82-96), a construção de uma ideologia paternalista (do Estado e do Capitalismo local) ou a consciência de classe, o operariado do Ave da indústria difusa institui o familialismo como a coordenada referencial por excelência do comportamento político:

«o seu familialismo político deu origem a uma espécie de familialismo económico, que reforçou a unidade da família como estratégia a que nem mesmo o próprio operariado escapou. A classe operária não passava de uma abstracção duvidosa e pouco familiar, principalmente para os operários cuja experiência do trabalho na fábrica mal ia além de uma geração» (Ingerson, 1984: 22/24).

O suporte material e o conteúdo de uma tal ideologia favorece consideravelmente um esboroamento físico (porque locativamente difuso) e sociológico (porque individual ou familiarmente construído) da percepção da relação salarial de organização do trabalho. As recentes acções reguladoras do estado sobre o mercado de trabalho (institucionalização de formas descontínuas de prestação de trabalho), juntamente com o padrão típico da organização da produção industrial que à frente especificaremos, favorecem ainda mais a flexibi-

lidade extrema do mercado de trabalho, contribuindo para um clima de paz social legitimado pelos baixos custos da reprodução social e pela fraqueza da organização do poder reivindicativo de fracções desprotegidas da oferta de força de trabalho. A dupla presença da mulher na produção e na reprodução e o seu condicionamento pela última fazem deste sector do operariado (em particular das jovens solteiras) uma reserva de força de trabalho em condições favoráveis de utilização e remuneração.

c) Áreas rurais de forte emigração, eminentemente agrícolas, quer em termos de mobilização de território, quer em termos da ocupação da população. Estas áreas, que caracterizam uma boa parte das freguesias do norte do concelho de Guimarães, conheceram nas últimas décadas uma franca revitalização sócio-económica e espacial — a emigração resolveu temporariamente situações de ruptura social e de mobilidade geográfica. A sua reprodução sócio-territorial está pois dependente da forma de resolução final do ciclo da emigração; ou estas áreas vão sendo integradas pelo raio de drenagem da força de trabalho ou da localização de novas indústrias, correspondendo à difusão espacial do modelo disperso de industrialização (S. Torcato parece um exemplo deste processo com a localização recente das indústrias de calçado), ou o nível de esvaziamento populacional e/ou o carácter periférico da localização é tal que não permite a continuação de uma revitalização que, passada a conjuntura, apenas adiou a ruptura que acima se falava (as freguesias em franco declínio demográfico correspondem, grosso modo, a esta situação).

Centrar a análise social no território parece pois fundamental. É no espaço que se materializam as diferentes teorias parciais do social que a divisão do trabalho científico produz — aqui reside a vantagem da análise integradora que o espaço propõe. Os processos de valorização do capital na indústria (actividade estruturante pela massa de emprego e produção que envolve), os diferentes tipos e espaços da produção e da reprodução social, surgem-nos bastante diferenciados consoante as características actuais da base produtiva e as estruturas sociais territoriais que encontram e transformam, transformando-se. Também, como produto histórico que são, as formações sócio-territoriais deverão assumir explicitamente essa dimensão, integrando especificidades locais e a sua articulação com sociedades e territórios mais vastos.

Assim sendo, tentaremos a seguir esboçar algumas reflexões sobre a evolução histórica do padrão sócio-económico da industrialização rural difusa do Ave, dos modelos de

reprodução social da força de trabalho a ela associados e do padrão territorial que os materializa. Basicamente, trata-se de demonstrar que aquilo que hoje concebemos como uma dinâmica recente (a indústria difusa, a pluriactividade, o padrão fortemente disperso da localização da habitação, da indústria e dos serviços e comércio) encontra as suas raízes na forma como, a partir de meados do século XIX, se foi organizando a produção industrial fundamentalmente baseada nos produtos têxteis. A mescla do rural/industrial surge como o prolongamento da organização capitalista de uma produção artesanal organizada na esfera doméstica agrícola — a fiação e tecelagem do linho.

129

O início do século XX marca em Guimarães uma progressiva transformação da indústria têxtil do linho organizada ao domicílio para a indústria mecânica do algodão e ainda um pouco do linho. A «indústria doméstica» (produção doméstica de panos de linho para consumo), a «pequena indústria» e a «indústria mecânica» (Geraldes, 1913:19), caracterizam um tecido produtivo não necessariamente segmentado mas articulado entre si segundo estratégias explícitas de organização da produção. A estrutura de 15 fábricas mecânicas de tecelagem de linho e, sobretudo, de algodão em Guimarães (1913) aponta alguns dos traços maiores dessa diversidade e integração: 4 fábricas empregam individualmente mais de 150 operários (150, 243, 250 e 484 respectivamente); 4 empresas apenas contratam trabalho de tecelões e dobadeiras ao domicílio; no conjunto, as 15 fábricas empregam 5 mestres, 297 operários, 810 operários, 265 operários menores (sobretudo do sexo feminino) e 1340 a 1600 «tecelões e dobadeiras por fora» (Geraldes, 1913).

Outra das indústrias importantes do concelho, a cutelaria, organiza-se em moldes muito semelhantes, embora o tecido produtivo seja mais homogêneo: «Esta indústria é exercida não em grandes estabelecimentos, mas no domicílio dos operários que ao sábado levam os seus produtos a certos comerciantes que lhos comprem por preços regulados» (Inquérito Industrial de 1881, in Sousa, 1918:111). Nos 28 estabelecimentos de fabrico (na cidade e nas vizinhas freguesias de Creixomil (13 estabelecimentos), Fermentões e Urgezes), «... os patrões ou mestres ora trabalham familiarmente com os seus oficiais (...), ora trabalham por conta dos negociantes da cidade, ora por sua conta (...). Não têm recursos capazes de empatar os produtos além de uma semana» (Sousa, 1918:117). «Quási todos os operários desta indústria trabalham por tarefas (...) o comerciante distribui a encomenda por diversos fabricantes que, por este processo, conseguem satisfazer no tempo prometido e obriga-os a pôr a sua marca (...) e os artistas sujei-

tam-se a estas contingências para não morrerem de fome» (Almanaque de Guimarães, 1899, in Geraldès, 1918:118).

Portanto, o tecido locativamente difuso da produção artesanal — «é preciso percorrer todo o concelho, é preciso atravessar os vales e subir pelas vertentes das montanhas, para ver que é rara a cabana em que se não ouve o som seco e alternado do tear, ou o som constante e monótono da roda na dobagem do algodão ou enchimento de canelas» (Sampaio, 1884:238) — tem vindo a ser progressivamente adaptado às novas formas da produção industrial, sem que esta tenha originado fortes concentrações industriais de matriz urbana. Mesmo algumas dessas concentrações industriais, caso de Pevidém/S. Jorge de Selho e Vizela ou Caldas das Taipas, desenvolveram-se fora do aglomerado urbano tradicional de Guimarães. O caminho de ferro, os cursos de água do rio Selho, Vizela e Ave e a progressiva densificação da rede rodoviária foram permitindo e catalisando um padrão difuso de industrialização assim desenvolvido.

Esta pulverização permite deslocações de curto raio entre a casa e o trabalho e contribui para um padrão desconcentrado da localização da habitação/fábricas/serviços/comércio retalhista. Um tal tipo de formas e a ausência de fortes transferências de população migrante favorece o embaratecimento da força de trabalho (diminuição dos custos de transportes, maximização do aproveitamento do parque habitacional existente) compatibilizando comportamentos combinatórios entre o trabalho doméstico (produção de mercadorias e serviços de auto-consumo imediato — valores de uso) e o trabalho da fábrica. Paralelamente, nas áreas rurais que vão sendo integradas neste tecido, a transferência da actividade agrícola para a actividade industrial faz-se sem grandes fracturas, permitindo a reprodução da pequena exploração agrícola familiar.

Se a dispersão industrial do início do século estava ainda nitidamente vinculada à produção artesanal ao domicílio, hoje, as formas de subcontratação, mobilizando a pequena e média empresa e o trabalho em casa, irão contribuir para a sua manutenção, funcionando como uma forma dominante (mas não exclusiva) de coesão do sistema produtivo local, sobretudo têxtil/confecção (é, pelo menos, a imagem que resulta da análise das empresas localizadas nas freguesias de S. Jorge de Selho e Mesão Frio — futuras investigações comprovarão ou não a extensão do modelo ao Médio Ave). Constitui-se assim um tecido heterogéneo e coeso onde pontificam as empresas de dimensão considerável (em volume de produção ou de emprego) em torno das quais gravitam as pequenas.

QUADRO 1

**Estabelecimentos e pessoal ao serviço na Indústria Têxtil/
/Confecção, 1985/6 — Concelho de Guimarães**

	Confecção		Têxtil		Confecção/Têxtil			
	Establ.	Pessoal	Establ.	Pessoal	Establ.	%	Pessoal	%
0-10	110	421	117	667	227	47.7	1088	3.6
11-20	39	602	29	467	68	14.3	1069	3.6
21-50	48	1662	38	1306	86	18.1	2968	9.9
51-100	12	847	22	1591	34	7.1	2438	8.2
101-200	1	100	25	3869	26	5.5	3969	13.2
201-500	3	830	17	3915	20	4.2	4745	15.8
+ 500			15	13678	15	3.1	13678	45.7
TOTAL	213	4462	263	25493	476	100	29955	100

FONTE: Ministério da Justiça e Ministério do Trabalho e inquérito local.

As relações de subcontratação surgem assim como estruturantes do sistema industrial local e enquanto estratégias fundamentais da organização da produção (a informação recolhida em S. Jorge de Selho — Quadro 2 — uma das freguesias mais industrializadas do concelho, é bem demonstrativa de uma situação que julgamos ser extensiva ao sector Têxtil/Confecção) e de flexibilização dos custos e das condições de recrutamento da força de trabalho onde dominam franjas mais ou menos sub-remuneradas ou precárias. Perfeitamente adaptada aos requisitos produtivos da indústria Têxtil/Confecção (particularmente a esta última) a subcontratação responde funcionalmente a vários atributos deste tipo de produção (Holmes, 1986):

1. *Permite minimizar os efeitos da instabilidade do mercado de produtos.* A irregularidade da procura caracterizada por variações sazonais dos produtos e pela instabilidade dos mercados de exportação dá um carácter profundamente variável da produção, que origina problemas de utilização e dimensionamento optimizados do capital instalado. Em períodos de grande produção e com prazos de entrega apertados, as grandes empresas exteriorizam parte da sua produção ou segmentos do processo produtivo para empresas subcontratadas. Durante o «aperto» todo o sistema produtivo está em laboração, na «acalmia» as empresas subcontratadas procuram trabalho por outros lados, chegando em casos extre-

QUADRO 2

S. Jorge de Selho (concelho de Guimarães), articulação do sistema produtivo na indústria têxtil/confeção, 1986

EMPRESAS SUBCONTRATADAS

N.º de ordem	Ano de início	Pessoal ao serv.	Ramo activid.
1	1985	10	321
2	1980	48	322
3	1978	35	322
4	1983	18	322
5	1983	11	322
6	1982	6	322
7	1984	2	322
8	1984	8	322
9	1974	37	322
10	1962	34	322
11	1985	4	322
12	1981	8	322
13	1983	5	322
14	1980	41	322
15	1985	6	322
16	1986	15	322

EMPRESAS CONTRATANTES

N.º de ordem	Ano de início	Pessoal ao serv.	Ramo activid.
A	1958	850	321/322
B	1928	2754	321/322
C	1901	720	321/322
D	1966	300	321
E	1981	5	comercial

→ relação de subcontratação
321 empresa têxtil
322 empresa de confeção

FONTE: inquérito realizado.

132

mos mesmo a parar e a despedir provisoriamente o seu pessoal. O mesmo se passa relativamente ao trabalho ao domicílio. A instabilidade do trabalho é uma constante nas empresas dependentes.

A subcontratação é também uma prática corrente em actividades em que a procura não atinge níveis muito grandes ou o tipo de produção não permite o uso de técnicas «fordistas» na empresa: a aplicação de rendas a cortinados, fabrico de acolchoados ou outras actividades específicas de tinturaria ou outros acabamentos são alguns dos exemplos que podemos enquadrar nesta situação.

2. *Exigências tecnológicas e de capital fixo empregues no processo produtivo.* Em primeiro lugar teremos de considerar que às diferentes fases do processo produtivo podem corresponder eficiências diferentes segundo a dimensão das unidades industriais. Na nossa amostra temos casos de empresas, com os segmentos de fiação e tecelagem bem equipados e de grande dimensão, que subcontratam outras fases do processo produtivo — designadamente os bordados — a outras

empresas especializadas (por vezes filiais), já que a tecnologia empregue e a dimensão desta não apresentam vantagens numa estrutura e localização centralizada. Por outro lado, a subcontratação pode ser desencadeada pela existência de fases do processo em que as economias de escala não se verificam ao nível da empresa, mas de uma máquina. Na indústria de confecção isto é relevante: a produtividade atingida e a tecnologia empregue (máquinas de costura) pelas trabalhadoras ao domicílio na freguesia de Mesão Frio e nas pequenas subcontratadas das duas freguesias é relativamente igual à verificada nas empresas que as contratam.

133

Tanto num caso como no outro, o desenvolvimento da subcontratação é uma forma de diminuir o investimento em capital fixo da «empresa-mãe». Assim esta estratégia de segmentação da produção desencadeada pelas empresas contratantes representa uma forma de flexibilização do capital, de diminuição dos encargos e dos riscos, sem que a produtividade e a competitividade destas seja posta em causa. O trabalho ao domicílio representa o último estágio de diminuição dos custos de capital, já que todos os custos são variáveis para a «empresa-mãe» — equipamentos e instalações são propriedade do trabalhador.

3. *A subcontratação e a segmentação do mercado de trabalho.* Está também na subcontratação uma das formas dominantes do desencadeamento da segmentação do mercado de trabalho. Com esta estratégia visa-se atingir uma diminuição dos custos de trabalho e um aumento do controlo laboral. Parece estar aqui sobretudo a explicação da dinâmica da subcontratação neste ramo industrial.

A tendência é para subcontratar fases do processo produtivo mais intensivas em mão de obra como é o caso particular da indústria de confecção (Quadro 2). Podemos encontrar a explicação deste fenómeno na competitividade das empresas subcontratadas — o preço da produção subcontratada é na maioria das vezes muito baixo e representa uma relação dominadora, por parte da «empresa-mãe», entre as duas empresas. A empresa contratante encontra-se numa posição de estabelecer os preços da produção às subcontratadas e estas, pelo contrário, vêm-se obrigadas a aceitar estas tabelas pois aí está a razão da sua sobrevivência. Dado que também estas últimas têm de ter uma certa percentagem de lucro, elas vêm-se condicionadas a diminuir os salários e/ou a aumentar a jornada de trabalho e/ou degradar as condições de trabalho e/ou diminuir as regalias sociais... Estas atitudes tão usuais nas empresas subcontratadas representam uma taxa de exploração acrescentada, enfim uma desvalorização da força de trabalho. Num inquérito realizado na Escola

Secundária de S. Jorge de Selho (Guimarães) às famílias dos alunos nocturnos⁽²⁾, podemos averiguar que: quase 3/4 da população activa, não desempregada, dedicam-se à indústria têxtil/confeccção; destes 3/4, quase metade têm menos de 21 anos e cerca de 20% são sub-remunerados e/ou não estão inscritos na Segurança Social; cerca de 40% dos activos, não desempregados, da indústria têxtil/confeccção e menores de 21 anos são sub-remunerados e/ou não estão inscritos na Segurança Social.

Analisando o perfil das empresas que praticam a sub-remuneração ou não inscrevem os seus trabalhadores na segurança social, podemos detectar que todas pertencem ao sub-ramo da confeccção e que a grande maioria corresponde a empresas subcontratadas. Na freguesia de Mesão Frio, em que o trabalho ao domicílio atinge um certo significado, a diminuição do custo da força de trabalho para as empresas que o contratam verifica-se designadamente no não pagamento das prestações ao Fundo de Desemprego e à Segurança Social, na ausência das remunerações complementares (subsídios de Férias e de Natal) e no facto de a remuneração ser função da produtividade (assim, o absentismo e a fraca produtividade no trabalho tão frequente nas grandes empresas, segundo a opinião dos próprios empresários, poderão ser ultrapassados).

A subcontratação representa então uma forma de exploração aliada aos baixos preços impostos pelas empresas «dominadoras», uma das formas de se conseguir um lucro diferencial por parte das «empresas-mãe» baseado na extorsão da mais valia-absoluta, realizada pelas empresas subcontratadas. Para as empresas contratantes a explicação desta prática de baixos preços liga-se à posição do nosso país no mercado internacional; a competitividade de certos produtos — designadamente têxteis-lar e roupa interior — só é possível com esta desvalorização da força de trabalho.

A subcontratação e a desconcentração da produção que lhe está aliada, ao dispersar a força de trabalho por diversas empresas, irá obviamente diminuir a capacidade de organização e de reivindicação de força de trabalho que mobilizam e permitir uma fuga por parte das empresas à aplicação da legislação de trabalho. A fraca adesão à sindicalização⁽³⁾ com maior incidência nas pequenas empresas deste ramo industrial e desta área confirma os pressupostos enunciados. Assim, a extensão da jornada de trabalho, os salários abaixo

⁽²⁾ Foram inquiridos 62 alunos, correspondendo a outras tantas famílias, que totalizam 400 pessoas, das quais 246 trabalham.

⁽³⁾ Informação recolhida nos quadros de pessoal do Ministério do Trabalho.

da tabela salarial, a admissão sem contrato, a não inscrição na Segurança Social, no Fundo de Desemprego e no Ministério do Trabalho, o despedimento sem justa causa, as más condições de trabalho, são práticas facilitadas nas empresas subcontratadas dada a sua capacidade específica de gerir a sua força de trabalho.

A relação «quasi-familiar» que parece unir o empresário ao trabalhador, o contacto directo e informal entre eles, a actividade directamente produtiva desenvolvida pelo empresário nas empresas de pequena dimensão, parecem ser factores importantes para o desenvolvimento da subcontratação. As empresas contratantes, em S. Jorge de Selho, quando foram questionadas sobre os problemas que travam o desenvolvimento do sector, ressaltaram designadamente a baixa produtividade de um grande número de trabalhadores. Este problema não se põe nas empresas «secundárias», já que o controlo do processo de trabalho é muito superior, permitindo maiores produtividades, que ao não serem atingidas poderão ser resolvidas com o recurso fácil à prática do despedimento.

135

Ao modelo dominante de organização da produção industrial descrito acima, correspondem modalidades de reprodução social da força de trabalho que de uma maneira ou de outra vão viabilizando uma oferta de força de trabalho que se espera contenha os elementos de flexibilidade já apontados: sub-remuneração, docilidade, rotatividade («turn-over»). Assim, a pluriactividade tem sido apontada frequentemente como o cenário principal de uma estratégia de reprodução social do «proletariado parcial» (Almeida, 1986) em áreas de forte industrialização rural difusa como é o caso do concelho de Guimarães; Santos refere-a mesmo como primordial factor de explicação da descoincidência entre a produção capitalista e a reprodução social (Santos, 1985:876/883). Numa análise mais atenta e tendo em conta a diversidade já referida das áreas industrializadas no Ave, teremos que enquadrar os estudos sobre a pluriactividade em campos teóricos mais vastos que integram globalmente as formas de auto-regulação e mediação que assumem os agregados domésticos enquanto unidades de gestão de um potencial heterogéneo de força de trabalho que impõem estratégias de afectação dos diferentes membros que os compõem, segundo as oportunidades de trabalho e da captação de rendimento que se lhes oferecem e que podem ir dos serviços domésticos ou da produção agrícola familiar às formas assalariadas mais ou menos estáveis ou precárias na fábrica ou ao domicílio. Tudo isto tendo em conta a própria heterogeneidade dos agregados familiares operários segundo a sua evolução e composição etária e sexual, definidoras da

capacidade de recursos potencialmente disponíveis em força de trabalho e dos níveis mínimos de rendimento necessário (Broca e Turvani, 1978 e Paci, 1986).

As informações contidas no «Ficheiro de Procura de Habitação» (Quadro 3), embora de carácter fragmentário porque contemplam sobretudo áreas «urbanas» e agregados domésticos sub-alojados, podem dar-nos uma imagem do que é a estrutura dos agregados operários mais carenciados em termos de habitação:

QUADRO 3

Dimensão do agregado segundo a idade do chefe de família concorrente ⁽⁴⁾

Grupos etários	Fichas	Residentes	Concorrentes	Res./Fichas	Concor./Fichas
15-19	37	223	89	6.03	2.41
20-24	670	4153	1718	6.20	2.56
25-29	918	5386	2715	5.87	3.00
30-34	536	2840	2007	5.30	3.74
35-39	247	1280	1096	5.18	4.44
40-44	212	1216	1039	5.74	4.90
45-49	127	723	718	5.69	5.65
50-59	219	941	823	4.30	3.76
60 e +	142	550	398	3.87	2.77
TOTAL	3108	17312	10634	5.57	3.42

FONTE: Câmara Municipal de Guimarães.

A grande maioria dos indivíduos concorrentes enquadra-se em famílias cuja idade do chefe se situa entre os 20 e os 34 anos (68.3% dos agregados concorrentes — não temos informação sobre as idades dos chefes dos agregados em que se enquadram). São potenciais famílias nucleares vivendo normalmente em casa dos pais ou sogros e com filhos muito pequenos e/ou em idade escolar (média de 2.6 a 3.7 membros/agregado). Funcionalmente cumpre-se uma situação em que a co-habitação de duas gerações permite a «libertação» de quase todos os membros potencialmente activos e o seu envolvimento desde muito cedo no mercado de trabalho. Dada a dupla posição da mulher na produção e na reprodução, o facto de se viver em agregados alargados permite uma forte

⁽⁴⁾ O número de membros e a idade do chefe de família é referente ao agregado que concorre. Pela designação de residentes referenciamos o total de indivíduos que residem nos agregados onde, à data do concurso, esses membros se inseriam.

presença desta fracção no mercado de trabalho; as mães ou sogras reformadas e/ou domésticas suprem muitas carências do Estado Social ou interiorizam eventuais despesas, encarregando-se de uma boa parte do trabalho doméstico e dos cuidados com os netos mais pequenos. A precaridade ou descontinuidade individual do trabalho torna-se assim suportável dadas as economias de escala conseguidas ao nível doméstico da produção/consumo de bens e serviços não duradouros (preparação de refeições, cuidados pessoais, vestuário, criação de animais, etc) ou duradouros (casa e equipamento doméstico, sobretudo). Essa precaridade, imposta pelas estratégias de gestão da força de trabalho na indústria, fica assim parcialmente legitimada, independentemente de haver ou não uma compensação do rendimento salarial através da produção familiar de produtos agrícolas.

Nos escalões etários seguintes — idades do chefe de família entre os 35 e os 49 anos — vai-se amortecendo sucessivamente a diferença entre a média dos residentes/família e a média dos membros concorrentes/família inscritos no ficheiro para quase se igualar no intervalo 45-49. O tipo de família alargada vai sendo progressivamente menos frequente, portanto (Quadro 4).

QUADRO 4

**N.º de agregados concorrentes que vivem com familiares
(amostra de 50.5% do total das fichas)**

Grupos etários	TOTAL	COM FAMÍLIA	
	Total n.º	N.º	%
15-19	17	14	82.4
20-24	326	256	78.5
25-29	423	283	66.9
30-34	268	121	45.1
35-39	132	33	25.0
40-44	122	27	22.1
45-49	72	12	16.7
50-59	129	17	13.2
60 e +	82	19	23.2
Total amostra	1571	782	49.8
Total geral	3108	1620	52.1

FONTE: Ficheiro de procura de habitação, 1979-81; C.M.

Informação complementar proveniente de inquéritos a estes escalões etários do chefe de família dá-nos conta de famílias numerosas com forte peso de trabalho assalariado de vários filhos adultos co-residentes. A maximização do rendimento implica formas combinatórias de trabalho assalariado, remessas de emigrantes, reformas ou produção agrícola. Embora a estrutura da população activa segundo o censo de 1981 aponte para o forte peso da mulher no mercado de trabalho, trata-se de mulheres jovens, ou seja, das filhas. O condicionamento da dupla presença na produção e na reprodução é sobrevalorizado por esta última: o casamento e, sobretudo, os filhos conferem à mulher uma mobilidade profissional errática resultante de sucessivas entradas e saídas no mercado de trabalho dependentes das vicissitudes da evolução do ciclo familiar. As formas de trabalho ao domicílio, o carácter familiar da produção, a existência de turnos na fábrica ou a simples proximidade entre o local da produção e a casa (Mapa 1), podem, de igual forma, compatibilizar as tensões criadas por esse duplo papel.

Num quadro onde são fortes as carências habitacionais (Cardoso, 1984 e Marques, 1985), de resto já demonstradas pelos números constantes no «Ficheiro da Habitação», o entendimento das condições de acesso à habitação reveste-se de particular importância para perceber muitas das condições da formação ou da manutenção da família alargada (ou da co-residência de filhos adultos e activos). A lógica da análise funcionalista das estratégias familiares e das formas de gestão da força de trabalho tem que ser complementarizada com outros níveis de análise que não reduzam o espaço da industrialização rural difusa a um mosaico disperso de agregados familiares alargados de camponeses proletários/parciais.

Da análise dos processos recentes de expansão da habitação e das formas de povoamento (resultados fornecidos pelos Licenciamentos e Legalizações de Habitação deferidos pela Câmara Municipal de Guimarães em 1984 e correspondentes a 1092 processos), resulta uma imagem bastante caracterizadora do desajustamento entre a procura e a oferta de habitação (ver Oliveira, 1986, para as freguesias de Pinheiro e Polvoreira):

a) O mercado não é a forma dominante que regula o acesso à habitação; 24.6% dos fogos são de industriais e apenas 6.2% se destinam à venda (localizados no perímetro urbano e em Vizela, sobretudo). O investimento na construção de habitação não é de forma nenhuma importante e nem sequer é justificado pela estreiteza da procura solvente, enquanto que as recentes facilidades de crédito à habitação não são compatíveis com os rendimentos salariais da maioria

dos operários existentes no concelho (os operários constituem a esmagadora maioria da população activa e a camada mais carenciada em termos de habitação).

b) Os emigrantes — 22.1% — constituem a segunda maior fracção. Terrenos com acessos (notar a importância do suporte viário como estruturante da evolução do povoamento), lotes maiores, disponibilidade agrícola, residência uni ou bi-familiar e auto-construção, são as principais características aqui detectadas (Oliveira, 1986:14/15 e 47/48).

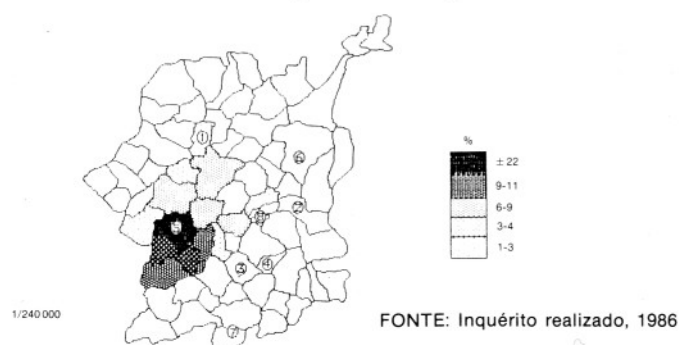
c) Finalmente, os operários apenas contam com 15.8% do total, o que expressivamente retrata as dificuldades já referidas. O não desenvolvimento de políticas de habitação, a sua desadequação ao nível dos rendimentos ou a insuficiência da promoção de habitação por parte da Autarquia, limitam consideravelmente as hipóteses de formação de famílias nucleares condicionando um índice alto de co-habitação alargada.

A matriz mais ou menos dispersa do povoamento, as formas tendencialmente mais difusas dos processos de localização recentes (Domingues e Marques, 1986), materializam modelos de reprodução social complexos e difíceis de des-trinçar. O operariado local, maioritário e demograficamente mais dinâmico, parece-nos não ser o agente mais activo de transformação do território (sobretudo quando referenciado ao peso que lhe cabe na população total), embora, indirectamente e pelas condições em que se disponibiliza no mercado de trabalho, constitua uma das razões mais óbvias que justifica a vitalidade do crescimento produtivo no Médio Ave.

139

MAPA 1

Freguesia de residência da população que trabalha na indústria têxtil/confeção em S. Jorge de Selho



LOCALIZAÇÃO DE ALGUMAS FREGUESIAS OU GRUPOS DE FREGUESIAS: 1 — Caldelas; 2 — Mesão Frio; 3 — Polvoreira; 4 — Pinheiro; 5 — S. Jorge de Selho; 6 — S. Torcato; 7 — Vizela; 8 — Cidade.

Finalmente, não podemos deixar de ressaltar que a análise de que agora damos conta não constitui de forma nenhuma um estudo acabado do concelho de Guimarães e, muito menos, do Médio Ave. A investigação empírica baseou-se em dados fragmentários cuja apresentação apenas se deve à sua existência: a subcontratação, já o dissemos, além de poder ser extensiva aos três tipos de áreas que individualizamos no início, pode coexistir com outras formas articuladoras do sistema produtivo local e ser integrada na divisão internacional da produção; também as formas de reprodução referidas, embora contemplando sobretudo áreas «urbanas», não pretendem excluir a importância da pequena agricultura — é mais a pertinência do modelo teórico/analítico que está em causa do que o impacto que essas formas possam revestir quando a disponibilidade do rendimento agrícola não está presente. Aliás, com ou sem rendimentos extras, as formas de reprodução do operariado podem ser analisadas enquanto resultantes de modelos de gestão do potencial de força de trabalho existentes no agregado doméstico. ■

Referências Bibliográficas

- | | | |
|------------------------------------|------|---|
| Almeida, J. F. | 1986 | <i>Classes Sociais nos Campos, Camponeses Parciais numa região do Noroeste</i> , Lisboa, I.C.S. |
| Broca, Daniela del; Turvani, M. | 1979 | <i>Famiglia e Mercato del Lavoro</i> , Bologna, il Mulino. |
| Cardoso, Abílio | 1985 | <i>Metodologia e Caracterização da situação da Habitação num concelho — Guimarães</i> , Porto (policopiado). |
| Domingues, Álvaro, A. | 1986 | «Economia e Espaço Rural», <i>Cadernos do Noroeste</i> , Braga, Universidade do Minho, págs. 39-65. |
| Domingues, Álvaro; Marques, Teresa | 1986 | <i>Estudos Demográficos para o Plano Director Municipal de Guimarães</i> , Guimarães, C.M. |
| Ferrão, João | 1986 | <i>Indústria e Valorização do Capital</i> , Lisboa, C.E.G. |
| Geraldes, Manuel M. Nunes | 1913 | <i>Monografia sobre a Indústria do Linho no Distrito de Braga</i> , Coimbra. |
| Holmes, John | 1986 | «The Organization and Location Structure of Production Subcontracting» in Scott and Storper (editors), <i>Production, Work, Territory</i> , Boston, Allen & Unwin, págs. 80-106 |
| Ingerson, Alice | 1984 | <i>Corporatism and Class Consciousness in Northwestern Portugal</i> , Baltimore, John Hopkins University. |
| Magalhães, M. Allegro | 1984 | <i>A Pluriactividade no Vale do Ave</i> , Porto, C.C.R.N. |
| Marques, Teresa Sá | 1985 | <i>Caracterização da Situação da Habitação no Concelho de Guimarães</i> , Porto (policopiado). |
| Massey, Doreen | 1985 | «New Directions in Space», in Gregory and Urry (editors), <i>Social Relations and Spatial Structures</i> , London, Macmillan, págs. 9-19. |
| Michon, F. | 1986 | <i>Flexibilité et Segmentation</i> , Séminaire d'Economie du Travail, Paris, Université de Paris, C.N.R.S. (policopiado). |
| Nunes, J. Arriscado | 1985 | <i>Is there one household formation in Northwestern Portugal?</i> , Oeiras, I.G.C. |
| Oliveira, M. Manuel | 1986 | <i>Sobre uma Experiência de Planeamento e Gestão Urbânica em Território de Assentamento Disperso</i> , Porto, E.S.B.A.P. |
| Paci, Massimo (a cura di) | 1983 | <i>Famiglia e Mercato del lavoro in un'Economia Periferica</i> , Milano, Franco Angeli. |
| Pinto, J. Madureira | 1985 | <i>Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos</i> , Porto, Afrontamento. |

Álvaro Domingues
Teresa Marques

142

- | | | |
|-----------------------------|------|--|
| Pires, A. da Rosa | 1983 | <i>Rural Diffuse Industrialization in Portugal</i> , Uwist. |
| Portas, Nuno | 1986 | «Modelo Territorial e Intervenção no Médio Ave», <i>Sociedade e Território</i> , n.º 5, págs. 8-13. |
| Portas, Nuno; Sá, Manuel F. | 1986 | «A Diffused Redistribution — a case study in the Médio Ave region», <i>International Conference of Planning Theory in Practice</i> , Milão. |
| Reis, José | 1985 | «Modos de Industrialização, Força de Trabalho e Pequena Agricultura», <i>Revista Crítica de Ciências Sociais</i> , n.º 15/16/17, págs. 225-260. |
| Sá, Manuel F. | 1986 | <i>O Médio Ave</i> , Porto, E.S.B.A.P.. |
| Sampaio, Alberto | 1884 | <i>Relatório da Exposição Industrial de Guimarães em 1884</i> , Porto. |
| Santos, Boaventura S. | 1985 | «Estado e Sociedade na Semiperiferia do Sistema Mundial: o caso Português», <i>Análise Social</i> , n.º 87/88/89, págs. 869-902. |
| Soja, Edward | 1985 | «The Spatiality of Social Life: Towards a Transformative Retheorization», in Gregory and Urry (editors), <i>Social Relations and Spatial Structures</i> , London, Macmillan, págs. 90-127. |
| Sousa, Hermínio | 1918 | «Monografia sobre a Indústria da Cutelaria», <i>Boletim do Trabalho Industrial</i> , n.º 114. |

Comentário de Nuno Portas

Professor da Faculdade
de Arquitectura do Porto

O TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO NO PLANEAMENTO LOCAL

A investigação, inacabada, de que este artigo é (mais um) reflexo, nasceu da iniciativa de planeamento de um Município, logo estendida aos concelhos vizinhos ao presumir-se que tinham em comum, mais do que um segmento de bacia hidrográfica, um modelo territorial — um modelo que representaria no espaço um mesmo sistema de actividades produtivas e reprodutivas, movido por agentes sócio-culturais afins.

1. Não se procurava, ao lançar o estudo, cumprir a obrigação burocrática inerente aos planos urbanísticos ainda que, insignificante, na prática, para as propostas dos ditos planos — mas antes *conhecer* estruturas e tendências dos comportamentos em presença, valorizando as variáveis de natureza espacial ou geográfica, que supunhamos descreverem uma realidade tão distinta de outras mais canónicas que, por certo e por uma vez, teriam influência nos planos.

Os tais estudos convencionais têm em geral um carácter descritivo e quantitativo — distribuições ou projecções, por unidades administrativas, dos valores de variáveis disponíveis em censos ou inquéritos — e visam construir cenários ou, mais raramente, modelos de simulação que é suposto definirem metas que serão traduzidas nos diversos espaços e canais de comunicações para uma dada região.

Ora, nesta como noutras regiões semelhantes, a complexidade dos processos de urbanização e das formas de organização da produção é tal que a informação estatística «standard», quando disponível, é manifestamente inadequada, mesmo para uma descrição estática dos sistemas e, muito mais, para tentar explicar regularidades e tendências dos comportamentos dos agentes económicos e sociais.

Esta constatação levou os grupos de trabalho a privilegiarem um conhecimento mais qualitativo — formulado sob a forma de hipóteses que não podem ter, para já, representatividade estatística sobre toda a

região. Tê-la-ão, quando muito, sobre sub-universos pertinentes, correspondendo a uma certa tipologia de situações (relacionando variáveis sócio-económicas e dimensões geográficas), das quais se pudessem inferir respostas mais adaptadas em termos de estratégias de ordenamento.

Tratava-se portanto de conhecer melhor (ainda que menos) e, em seguida, conhecer para agir logo (ainda que não para prever), o que corresponde a um risco que pensamos ser inerente a toda actividade de planeamento local — o qual, hoje, assume a incerteza que se mostra irredutível como um dado e não como um defeito. E fá-lo transportando, em consequência, determinados momentos de decisão para fases ulteriores do processo de planeamento que já reúnem a informação necessária e suficiente ou, na alternativa, tomando decisões antecipadas com calculado carácter probabilístico.

É este estilo de planeamento ou de tomada de decisões que justifica a preferência por uma investigação orientada aos comportamentos mais significativos e ao entendimento do que neles muda (sincrónica/diacrónica), fazendo interactivar conhecimento e decisões — isto é, experimentando na própria realidade, o que supõe que não seja apenas contínua a actividade de planear mas também a de observar-e-criticar as reacções dos sistemas às próprias decisões de planeamento.

2. Numa realidade como a do Médio Ave, esta estratégia de investigação/acção estará, julgamos, ainda mais justificada — tal a diferença da sua lógica social e espacial em relação aos paradigmas das ciências regional e urbanística que têm sido admitidos como bons para outras regiões.

Daí, por exemplo, os esforços para convencer as instituições que intervêm no planeamento local de que se deve caminhar por etapas de «conhecimento-e-intervenção», sempre conclusivas embora parcelares, e não através do processo sequencial que admite que «primeiro se recolhe toda a informação, depois se formula o plano e finalmente se executa o dito», processo que já demonstrou à saciedade a sua ineficácia, quer em termos de conhecimento, quer em termos de intervenção.

Noutros lugares⁽¹⁾ temos discutido as condições e as consequências desta preferência por um planeamento «por ondas»

(e não «por fases»); aqui, importa sublinhar que tal estratégia envolve as ciências humanas no próprio processo decisório, o que implica que se mantenham presentes não só para estabelecer hipóteses sobre os tipos de intervenção como para avaliar as consequências das decisões e, se necessário, corrigir ou reformular as hipóteses para a «onda» de acções seguintes.

3. Com esta reflexão não pretendo «reduzir» a investigação à sua utilidade instrumental para a tomada de decisões; o conhecimento que se vai construindo, mesmo o que seja marcado pelo carácter de «experimentação na realidade», pode e deve manter uma autonomia disciplinar e crítica (em relação à prática político-administrativa do planeamento) que me parece essencial, não por quaisquer razões deontológicas ou de pureza, mas pela própria necessidade epistemológica da formulação de hipóteses explicativas — incluindo a crítica da tomada de decisão pública como parte integrante do sistema de agente em presença. Se assim for, o trabalho de investigação sobre os sistemas económico-sociais e territoriais estaria, ao mesmo tempo, ou à vez, por dentro e de fora do sistema decisório — o que para o investigador não deixa de ser, pelo menos, incómodo.

O que me parece claro é que o trabalho monográfico de análise estatística, rotineiro ou esforçado, que se costuma «encomendar» aos investigadores sociais para legitimar ou enfeitar as propostas de

planeamento, não tem servido para aumentar a probabilidade de êxito dos planos e não tem constituído o acervo de conhecimento sobre o real com que, independentemente dessa utilidade, já se poderia contar hoje, num país onde as dotações orçamentais para as ciências humanas são pouco mais que inexistentes, mas onde se não regateiam verbas para estudos e planos de âmbito local/regional e cujos êxitos são reconhecidamente insignificantes.

Estudos, embora fragmentários, como os que deram origem a este artigo, têm servido para ajustar as decisões das práticas camarárias (independentemente de os planos que é suposto legitimarem chegarem a bom termo), mas nem por isso deixam de contribuir para conhecer melhor, em profundidade, ainda que não em extensão, uma das realidades sociais mais opacas e desconcertantes do País — contribuindo para romper esquematismos ideológicos, ainda que originados na necessidade de fundamentação ou de redução dos riscos, da intervenção camarária nessa mesma realidade. ■

(1) Designadamente em artigo recente sobre a prática, publicado em *Cadernos Municipais*, n.º 37 (1986). Sobre a questão do conhecimento e estilo de planeamento refiram-se as reflexões de A. Faludi e B. Secchi.